



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1152/1990

Que estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração da proposta orçamentária de exercício de 1991.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 1991 será elaborada conforme as diretrizes e as instruções estabelecidas nesta lei, observadas, quando aplicáveis, às normas da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 2º As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 1991 serão aquelas constantes do plano plurianual, período 1991/1993, cujo Projeto de Lei, a ser encaminhado à Câmara Municipal, indicado as metas físicas a nível de programas e correspondentes necessidades de recursos, bem como, para o exercício de 1991, as respectivas fontes de financiamento.

§1º São prioridades de investimentos para 1991:

I – programas de educação, saúde, habitação, desenvolvimento urbano, saneamento básico, proteção do meio ambiente, agricultura voltada para o abastecimento interno, desportos e lazer, cultura e turismo, nos termos da Lei Orgânica;

II – projetos em fase de execução;

III – projetos financiados com recursos vinculados;

IV- ações delineadas para cada setor administrativo, especialmente os dedicados à administração, planejamento, finanças e econômico.

§2º As obras e serviços que ultrapassarem, na sua execução, o exercício de 1991, constarão obrigatoriamente no plano plurianual.

Art. 3º No Projeto de lei orçamentário, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços e os índices relacionados com as respectivas variáveis, vigentes em maio de 1990.

Parágrafo único. A Lei orçamentária, explicitando os critérios adotados:

I – corrigirá os Projetos de lei segundo a variação de preços previstas para o período compreendido entre os meses de maio e de dezembro de 1990;

II – estimará os valores da receita e fixará os valores das despesas de acordo com a variação de preços previstas para o exercício de 1991, ou com outro critério que estabeleça;

III – autorizará a contratação de empréstimos por antecipação de receita;

IV – autorizará a abertura de créditos adicionais;

V – autorizará a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 4º O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

Art. 5º Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 6º As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

Art. 7º A lei orçamentária compreenderá as receitas e as despesas da administração direta e indireta de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, obedecidos, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

Art. 8º A lei orçamentária poderá consignar recursos para financiar serviços incluídos nas suas funções a serem executados por entidades de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecidos de utilidade pública, mediante convênio, desde que seja de conveniência da administração e tenham demonstrado eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 9º As subvenções sociais só poderão constar do orçamento quando destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de assistência social, voltadas para a educação, cultura ou saúde, comprovadamente de utilidade pública, observadas as demais exigências da legislação em vigor.

Art. 10. A lei orçamentária da administração direta e indireta, inclusive fundação instituída e mantida pelo Poder Público, conterà obrigatoriamente:

I – recursos destinados ao pagamento das dívidas municipais e seus serviços;

II – recursos destinados ao Poder Judiciário, para o que dispõe o art. 100 e parágrafos, da Constituição Federal;

III – recursos para pagamento de seu pessoal e seus encargos.

Art. 11. Constituem receitas do Município as provenientes:

I – da arrecadação dos tributos de sua competência;

II – da participação em tributos da União e do Estado;

III – dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios;

IV – da utilização dos seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos;

V – dos convênios firmados;

VI – dos empréstimos e financiamentos, com vencimentos fora do exercício e vinculados a obras e serviços públicos;

VII – dos empréstimos tomados para pagamento no exercício, sem antecipação da receita.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 12. Os serviços municipais remunerados, inclusive as atividades de execução de obras públicas, das quais possam beneficiar imóveis, cujos custos serão cobertos pela contribuição de melhoria, buscarão o equilíbrio na gestão financeira através da utilização dos recursos que lhe forem corrigidos.

Parágrafo único. As estimativas das receitas e despesas dos serviços públicos municipais, remunerados ou não, compatibilizarão as respectivas políticas estabelecidas pelo governo local.

Art. 13. A estimativa da receita considerará:

I – os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;

II – a carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;

III – os fatores que influenciam as arrecadações dos impostos, das taxas e das contribuições de melhorias;

IV – as alterações da Legislação Tributária.

Art. 14. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal Projetos de lei sobre matéria tributária que deva ser alterada por lei, para o exercício de 1991, visando o seu aperfeiçoamento, à adequação a diretrizes constitucionais e ao ajustamento de leis complementares.

Art. 15. São despesas do Município as destinadas à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município e solução de seus compromissos de natureza social e financeira.

Parágrafo único. As despesas do Município são estimadas por serviços e obras mantidas ou realizados pelo Município, considerando:

I – a carga de trabalho estimada para o exercício de 1991;

II – os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade das despesas;

III – a receita do serviço, quando este for remunerado;

IV – a projeção, nas despesas de pessoal localizado no serviço com base na política salarial do governo Federal e na estabelecida pelo Governo Municipal para seus servidores;

V – a importância das obras para a administração e os administrados;

VI – o retorno do valor aplicado na execução da obra;

VII – a patrimônio do Município, suas dívidas e encargos.

Art. 16. Na fixação das despesas de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais, com exclusão das amortizações de empréstimos, serão respeitadas as prioridades e metas constantes desta lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo baixará o calendário das atividades de elaboração dos orçamentos devendo incluir reuniões com seus Secretários e Diretores Municipais para ser discutido o orçamento fiscal.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 16 de agosto de 1990.

Wilson Siqueira  
Prefeito Municipal

Ângelo Augusto e Silva Ribeiro  
Diretor Municipal Administrativo